



Evento	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2018
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	DEMOCRACIA IMPORTA? A DESIGUALDADE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS APÓS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ
Autor	MARIA TEREZA BLANCO STROHSCHOEN
Orientador	ANDRE LUIZ MARENCO DOS SANTOS

DEMOCRACIA IMPORTA? A DESIGUALDADE SOCIAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS APÓS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

Maria Tereza Blanco Strohschoen¹
André Marengo²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar as mudanças na desigualdade social nos municípios brasileiros após a promulgação da Constituição Federal, buscando analisar quais municípios mais reduziram a desigualdade desde então e quais os fatores que influenciaram esta trajetória.

A carta conferiu autonomia política, administrativa e fiscal aos municípios brasileiros, que passaram a ser regidos por leis orgânicas próprias. Segundo Souza (2005), como parte desta descentralização, destaca-se a constitucionalização de princípios, regras e direitos, bem como de um conjunto de políticas públicas, proporcionando aos municípios prerrogativas para implementação destas. Dessa forma, buscou-se examinar porque diferentes resultados acerca da desigualdade são produzidos a partir do mesmo contexto constitucional, ou seja, a partir da Constituição Cidadã, datada em 1988. Neste ano sua promulgação completa 30 anos, configurando-se como um período de análise importante para compreender os efeitos da descentralização em indicadores municipais de bem-estar.

A multicausalidade do fenômeno da desigualdade social exige modelos que investiguem além do gasto público em política social, considerando outras dimensões associadas. Para isto, procurou-se revisitar literatura que pretende explicar as relações entre instituições políticas/gasto social/redistribuição: voto econômico (Downs, 1957), *power resources theory* (Esping-Andersen, 1990), modernização (Boix, 2015), desempenho institucional (Rothstein, 2003). Destas proposições decorreram perguntas como: em que medida partidos de esquerda obtiveram maior êxito na redução de desigualdade pós-88? Como a maior arrecadação própria dos municípios brasileiros permitida pela Carta Magna contribuiu na redução das desigualdades? Qual o papel das transferências intergovernamentais neste cenário? Em que medida municípios mais urbanizados e, conseqüentemente, com maior disponibilidade de serviços sociais são menos desiguais? Há um padrão entre o tamanho e o tipo de economia do ente federado e a redução da desigualdade?

Para atingir os objetivos foi desenvolvido um banco de dados com informações políticas, demográficas, fiscais e socioeconômicas dos mais de 5,5 municípios brasileiros. Como *proxy* para redução da desigualdade social foi empregado o Índice de Gini (variável dependente). As variáveis independentes utilizadas no modelo estatístico são: partido e espectro político dos prefeitos, ocorrência de reeleição, grau de urbanização, tamanho da economia (Produto Interno Bruto *per capita*), tipologia de crescimento, transferências intergovernamentais, arrecadação própria, burocracia municipal, anos de instalação do município, aplicando como variável de controle o tamanho do ente federado. Por meio da técnica de regressão, utilizando o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), buscou-se cotejar relações causais entre estas variáveis.

Palavras-chave: Constituição Federal; Desigualdade social; Municípios.

Instituição de origem: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

¹ Autora – Bacharelado em Políticas Públicas (UFRGS)

² Orientador – Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas (UFRGS)